

DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO E CAPITAL SOCIAL NO BRASIL: EM BUSCA DE CORRELAÇÕES

Sylvio Bandeira de Mello e Silva

Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/UCSAL
e do Mestrado em Geografia/UFBA. Pesquisador do CNPq. E-mail: sylvioms@ucsal.br

Barbara-Christine Nentwig Silva

Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/UCSAL
e do Mestrado em Geografia/UFBA. Pesquisadora do CNPq. E-mail: barbarans@ucsal.br

Maina Pirajá Silva

Licenciada em Geografia/UFBA e Bacharelada em Geografia/UFBA. Bolsista de Iniciação Científica/CNPq.
E-mail: mainapiraja@yahoo.com.br

Resumo

O trabalho tem como objetivo fazer uma análise da distribuição espacial do capital social no Brasil e correlacionar estes resultados com diversos indicadores, também espacializados, de desenvolvimento sócio-econômico. Na análise da dinâmica da organização social, destaca-se um conjunto de idéias em torno do que se convencionou chamar de capital social, sobretudo a partir das contribuições pioneiras de Bourdieu (1998, original de 1980), Coleman (1988; 1990) e Putman (1996, original de 1993). Como indicadores do capital social, ou seja, das organizações sociais que exercem importantes funções na sociedade, foram tomadas as informações do IBGE sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos. A metodologia para a definição das Fundações foi a de selecionar, no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE), para 2005, as entidades privadas, sem fins lucrativos, auto-administradas, legalmente constituídas e voluntárias. Já os indicadores do desenvolvimento sócio-econômico foram analisados com base nas seguintes informações: índice dos desequilíbrios regionais de Williamson (calculado pelos autores), PIB *per capita*, índice de desenvolvimento humano (IDH), índice de Gini, taxa de mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer e média de anos de estudo das pessoas de 20 a 24 anos. O índice de Williamson (1977, original de 1965) combina a população de um determinado país ou estado, a população das regiões, a renda *per capita* nacional ou estadual e a renda *per capita* das regiões. Quanto mais próximo do zero, menor será o desequilíbrio regional de um determinado país ou estado. Os resultados, após o emprego de uma metodologia de análise estatística e cartográfica em diferentes escalas do território nacional, indicam uma grande variedade de situações, mas é possível afirmar que para os estados com melhor relação entre habitantes por organizações sociais, há, em termos gerais, uma correlação significativa com melhores indicadores do desenvolvimento econômico-social. Assim, há relevância dos resultados para o entendimento da diversidade geográfica brasileira. Existe, portanto, um potencial de análises e reflexões que merece ser explorado em diferentes escalas e contextos tentando aprofundar o conhecimento sobre a relação entre organizações social e desenvolvimento econômico-social.

Palavras-chave: Capital social; Desenvolvimento; Brasil.

1. Introdução

O trabalho tem como objetivo realizar um mapeamento da diversidade da distribuição das organizações sociais no Brasil, por grandes regiões e por estados comparando estes dados com outros sobre desequilíbrios regionais e desigualdades sociais.

Com isto, busca-se identificar tipos de correspondência entre os indicadores do potencial de organização social em nosso contexto e os referentes aos desequilíbrios econômicos e desigualdades sociais. A questão básica que se coloca é se haveria uma relação entre padrões mais elevados de organização social com desequilíbrios menos expressivos e com bons indicadores sociais.

2. Aspectos conceituais

Na análise da dinâmica da organização social, destaca-se um conjunto de idéias em torno do que se convencionou chamar de capital social, sobretudo a partir das contribuições pioneiras de Bourdieu (1998, original de 1980), Coleman (1988; 1990) e Putnam (1996, original de 1993). Estes autores ressaltam a importância das organizações sociais para a introdução e direcionamento de atividades inovadoras no sistema econômico-social.

Assim, por exemplo, Putnam (1996, p. 177) define capital social como o conjunto de “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Em seu detalhado estudo sobre a Itália, este conceito foi básico para entender a diversidade de situações relacionadas com os diferentes níveis de desenvolvimento existentes na península italiana.

Em nosso estudo, tomamos como indicador da capacidade organizacional da sociedade brasileira, ou seja, do seu capital social, a distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL), tal como fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG), o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

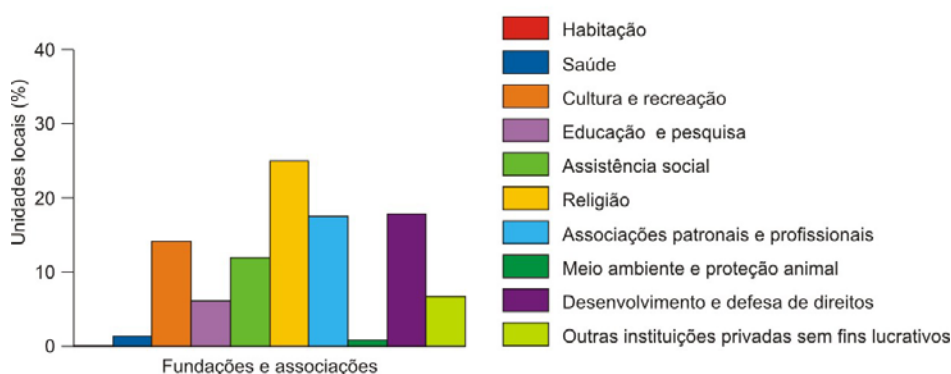
A metodologia para a definição das FASFIL foi a de selecionar, no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE), para 2005, as entidades, com base na composição de sua natureza jurídica que se enquadrassem “nos cinco seguintes critérios:

- i) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado;
- ii) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins;
- iii) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- iv) auto-administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- v) “voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores” (IBGE, 2008, p.13).

3. Análise das informações sobre fundações e associações sem fins lucrativos

Inicialmente, a distribuição das FASFIL (2005) em termos relativos, por setores de atividade, pode ser vista na Figura 1, onde aparecem como os mais importantes os seguintes setores: Religião, Desenvolvimento e Defesa de Direitos e Associações Patronais e Profissionais.

Figura 1
Brasil – Fundações privadas e associações
sem fins lucrativos por setores de atividade – 2005



Fonte dos dados: IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2005*.
Elaboração: própria.

Surpreendentemente, os setores de Habitação e de Saúde e Meio Ambiente e Proteção Animal apresentam, no total, um pequeno número. Nos dois primeiros casos, provavelmente a causa está relacionada às dificuldades de implantação de FASFIL em setores que normalmente detém elevada participação do Estado e de empresas privadas. Já no caso do Meio Ambiente e Proteção Animal, é preciso destacar, além da presença do Estado, a participação de organizações não-institucionalizadas, especialmente para o Meio Ambiente. Entretanto, entre 1970 e 2005, o setor de Meio Ambiente e Proteção Animal é o segundo setor que mais cresceu, como mostra a Tabela 1. É justamente neste período que as questões ambientais adquirem maior relevância em todo o mundo.

Tabela 1
Brasil – Número de fundações privadas e
associações sem fins lucrativos – 1970/2005

Classificação das entidades sem fins lucrativos	1970	2005	Proporção de crescimento
Habitação	6	456	76,00 vezes
Saúde	921	4.464	4,85 vezes
Cultura e recreação	2.050	46.999	22,93 vezes
Educação e pesquisa	1.435	19.940	13,90 vezes
Assistência social	1.966	39.395	20,04 vezes
Religião	3.082	83.775	27,18 vezes
Associações patronais e profissionais	702	58.796	83,75 vezes
Meio ambiente e proteção animal	16	2.562	160,13 vezes
Desenvolvimento e defesa de direitos	276	60.259	218,33 vezes
Outras fundações privadas e associações sem fins lucrativos	485	21.516	44,36 vezes
Total	10.939	338.162	30,91 vezes

Fonte: IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil - 2005*.
P. 25.

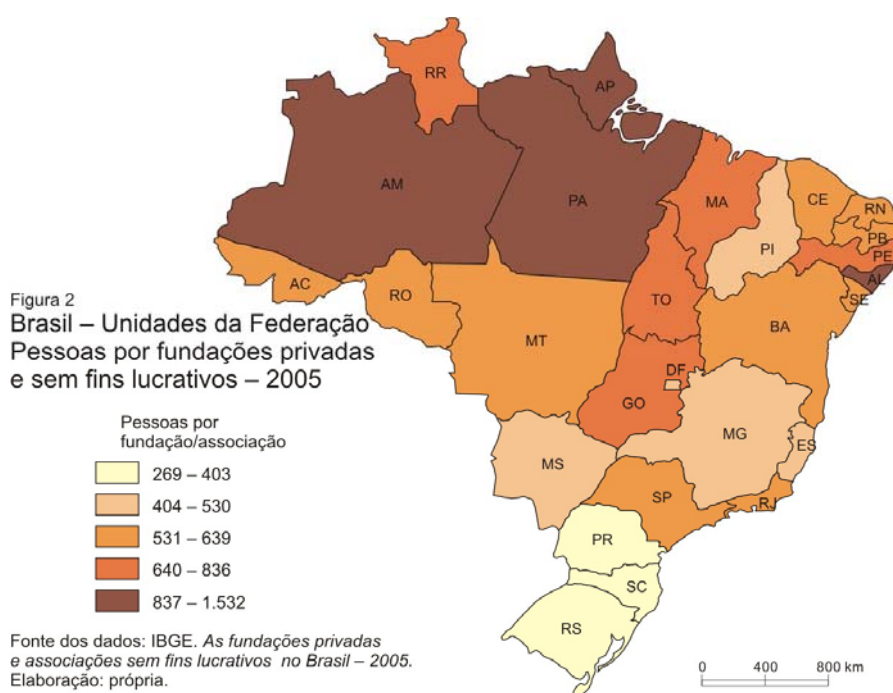
A distribuição absoluta das FASFIL por Estados, relativizada pela população de cada unidade, é apresentada na Tabela 2. Observa-se que os três Estados do Sul estão, em termos relativos, em melhor situação, ou seja, é preciso reunir um menor número de pessoas para se encontrar uma Fundação ou Associação. A presença do Piauí em 4º lugar é uma questão instigante que merece ser pesquisada em outro trabalho.

Tabela 2
Brasil e Unidades da Federação
Pessoas por fundações privadas e associações sem fins lucrativos – 2005

Unidades da Federação	Pessoas por fundações e associações	Unidades da Federação	Pessoas por fundações e associações
Santa Catarina	269	São Paulo	589
Rio Grande do Sul	366	Bahia	595
Paraná	403	Acre	598
Piauí	453	Rio Grande do Norte	618
Minas Gerais	466	Sergipe	639
Espírito Santo	496	Tocantins	698
Distrito Federal	513	Maranhão	707
Mato Grosso do Sul	530	Goiás	727
Paraíba	545	Roraima	758
Brasil	545	Pernambuco	836
Mato Grosso	548	Pará	1.055
Ceará	555	Amazonas	1.112
Rondônia	558	Alagoas	1.286
Rio de Janeiro	577	Amapá	1.532

Fonte dos dados: IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil - 2005*, p. 24.
Elaboração: própria.

A distribuição espacial fica melhor destacada na Figura 2 onde é bem evidente o contraste da região Sul com a região Norte. Em termos gerais, este mapa se aproxima bastante da realidade dos desequilíbrios econômicos e desigualdades sociais atualmente vigentes no Brasil (DINIZ, 1993, 2000; SANTOS; SILVEIRA, 2001; SILVA; SILVA, COELHO, 2008).



Já a Tabela 3 apresenta a variação dos salários pagos pelas FASFIL, para o Brasil e para as grandes regiões, onde se destaca a região Sudeste com os maiores valores.

Tabela 3
Brasil – Regiões – Salários médios mensais* pagos pelas fundações privadas e associações sem fins lucrativos – 2005

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	3,8	3,1	2,7	4,1	3,9	3,4
Habituação	2,8	–	2,5	2,9	1,5	5,3
Saúde	3,6	2,8	2,9	3,8	3,4	3,0
Cultura e recreação	3,8	3,0	1,8	4,0	4,0	3,5
Educação e pesquisa	5,1	3,9	3,6	5,6	5,1	4,6
Assistência social	2,6	2,6	2,0	2,7	2,5	2,7
Religião	2,5	2,0	1,9	2,8	2,5	2,2
Associações patronais e profissionais	3,3	3,0	1,5	3,7	3,9	3,0
Meio ambiente e proteção animal	4,3	3,8	4,9	4,4	3,2	4,2
Desenvolvimento e defesa de direitos	3,5	3,0	2,1	3,5	4,9	2,7
Outras fundações privadas e associações sem fins lucrativos	3,8	3,0	3,0	4,5	3,9	2,5

Fonte: IBGE. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil -- 2005.
* Em salário mínimo de 2005 (R\$ 286,67).

4. Organização social e desenvolvimento: comparações e reflexões

Após a análise dos dados da distribuição das FASFIL, tomados como indicadores do capital social, é importante relacionar estas informações com outras na perspectiva de buscar uma integração sobre a complexidade dos níveis de desenvolvimento no Brasil.

A primeira relação, apresentada de forma gráfica, é entre o total de pessoas por fundações e associações com o PIB *per capita* por grandes regiões brasileiras (Tabela 4).

Tabela 4
Regiões – Relação entre PIB *per capita* e número de pessoas por fundações sem fins lucrativos – 2005

Regiões	Pessoas por fundações e associações (2005)	Regiões	PIB <i>per capita</i> (2005)
Sul	351	Sudeste	15.468
Sudeste	547	Centro-Oeste	14.604
Centro-Oeste	601	Sul	13.208
Nordeste	638	Norte	7.247
Norte	909	Nordeste	5.498

Fonte dos dados: IBGE. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2005; IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios – 2002-2005. Elaboração: própria.

Observa-se que há uma correspondência parcial entre os dois indicadores. O Sul cai do 1º lugar em pessoas por FASFIL para o 3º lugar em PIB *per capita*; o Sudeste sobe do 2º para o 1º lugar, o Centro-Oeste do 3º para o 2º lugar, o Nordeste cai do 4º para o 5º e último lugar, e o Norte sobe do 5º para o 4º lugar.

Esta mesma comparação é feita para as pessoas por fundações e associações e PIB *per capita* (Tabela 5) para as unidades da Federação onde, das 27 unidades, 11 apresentam uma relação relativamente significativa, ou seja, com mudança da posição hierárquica de cada estado em até três posições considerando a ordem hierárquica das duas variáveis. Assim, por exemplo, Santa Catarina muda do 1º lugar para o 4º lugar, comparando as duas variáveis. Já Alagoas muda somente uma posição. Dois casos extremos chamam a atenção: o já mencionado Piauí, com bons indicadores de pessoas por fundações e associações e a menor renda *per capita* e São Paulo, com indicadores médios de pessoas por FASFIL e a segunda mais alta renda *per capita*, após Brasília-DF que desfruta de uma situação particular por ser a capital do país.

A comparação é também instigante entre pessoas por fundações e associações e o índice de desequilíbrios regionais intra-estaduais, com base em Microrregiões, e de acordo com a metodologia proposta por Williamson (1977, original de 1965). O índice de Williamson combina a população de um determinado país ou estado, a população das regiões, a renda *per capita* nacional ou estadual e a renda *per capita* das regiões. Quanto mais próximo de zero, menor será o desequilíbrio regional de um determinado país ou estado. A relação aqui é menos significativa do que no exemplo anterior (Tabela 6). Somente sete estados mudam de posição hierárquica em até três posições. Há casos igualmente extremos como o do Amapá e o do Piauí, por exemplo. Amapá é certamente um estado mais homogêneo em seus indicadores, considerando sua base econômica e sua estrutura urbano-regional pouco complexas. Já o Piauí tem uma base econômica e uma estrutura urbano-regional bem mais diversificada que o Estado do Amapá resultando em maiores índices de desequilíbrios regionais.

Tabela 5
 Unidades da Federação
 Relação entre pessoas por fundações privadas
 e associações sem fins lucrativos e PIB per capita – 2005

Unidades da Federação	Pessoas por fundações e associações (2005)	Unidades da Federação	PIB per capita (R\$) (2005)
Santa Catarina	269	Distrito Federal	34.510
Rio Grande do Sul	366	São Paulo	17.977
Paraná	403	Rio de Janeiro	16.052
Piauí	453	Santa Catarina	14.539
Minas Gerais	466	Espírito Santo	13.846
Espírito Santo	496	Mato Grosso	13.365
Distrito Federal	513	Rio Grande do Sul	13.310
Mato Grosso do Sul	530	Paraná	12.339
Paraíba	545	Amazonas	10.320
Mato Grosso	548	Minas Gerais	10.012
Ceará	555	Mato Grosso do Sul	9.557
Rondônia	558	Goiás	8.992
Rio de Janeiro	577	Rondônia	8.408
São Paulo	589	Roraima	8.123
Bahia	595	Amapá	7.344
Acre	598	Tocantins	6.957
Rio Grande do Norte	618	Sergipe	6.821
Sergipe	639	Acre	6.692
Tocantins	698	Bahia	6.583
Maranhão	707	Rio Grande do Norte	5.948
Goiás	727	Pernambuco	5.931
Roraima	758	Pará	5.617
Pernambuco	836	Ceará	5.054
Pará	1.055	Paraíba	4.690
Amazonas	1.112	Alagoas	4.687
Alagoas	1.286	Maranhão	4.150
Amapá	1.532	Piauí	3.700

Fonte dos dados: IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2005*; IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios – 2002-2005*. Elaboração: própria.

Tabela 6
 Unidades da Federação – Relação entre pessoas
 por fundações privadas e associações sem fins lucrativos
 e o Índice de Williamson calculado com base em Microrregiões – 2005

Unidades da Federação	Pessoas por fundações e associações (2005)	Unidades da Federação	Índice de Williamson (2005)
Santa Catarina	269	Amapá	0,115
Rio Grande do Sul	366	Roraima	0,149
Paraná	403	Mato Grosso do Sul	0,201
Piauí	453	Acre	0,213
Minas Gerais	466	Santa Catarina	0,239
Espírito Santo	496	Paraná	0,281
Distrito Federal	513	Distrito Federal	—
Mato Grosso do Sul	530	Tocantins	0,300
Paraíba	545	São Paulo	0,333
Mato Grosso	548	Rondônia	0,344
Ceará	555	Rio de Janeiro	0,378
Rondônia	558	Alagoas	0,393
Rio de Janeiro	577	Rio Grande do Sul	0,399
São Paulo	589	Espírito Santo	0,402
Bahia	595	Sergipe	0,414
Acre	598	Rio Grande do Norte	0,422
Rio Grande do Norte	618	Minas Gerais	0,423
Sergipe	639	Goiás	0,431
Tocantins	698	Pará	0,440
Maranhão	707	Piauí	0,453
Goiás	727	Ceará	0,465
Roraima	758	Paraíba	0,489
Pernambuco	836	Amazonas	0,546
Pará	1.055	Maranhão	0,629
Amazonas	1.112	Mato Grosso	0,672
Alagoas	1.286	Bahia	0,677
Amapá	1.532	Pernambuco	0,701

Fonte dos dados: IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2005*; IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios – 2002-2005*. Elaboração: própria. Observação: como o Distrito Federal não é dividido em microrregiões, não é possível calcular o índice de Williamson.

Por outro lado, a Tabela 7 mostra a relação entre pessoas por FASFIL e o índice de Gini que mede, neste caso, o grau de desigualdade que existe na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Quanto maior o valor, maior será a desigualdade de renda. Há uma correspondência perfeita entre os dois indicadores em Santa Catarina. No total, oito estados mudam até três posições na comparação entre as duas variáveis.

Tabela 7
Unidades da Federação – Relação entre pessoas por fundações privadas e associações sem fins lucrativos e o Índice de Gini – 2005

Unidades da Federação	Pessoas por fundações e associações (2005)	Unidades da Federação	Índice de Gini (2005)
Santa Catarina	269	Santa Catarina	0,461
Rio Grande do Sul	366	Amazonas	0,512
Paraná	403	Pará	0,515
Piauí	453	Rio Grande do Sul	0,520
Minas Gerais	466	Maranhão	0,521
Espírito Santo	496	Mato Grosso	0,523
Distrito Federal	513	Amapá	0,526
Mato Grosso do Sul	530	Minas Gerais	0,528
Paraíba	545	São Paulo	0,532
Mato Grosso	548	Mato Grosso do Sul	0,533
Ceará	555	Tocantins	0,535
Rondônia	558	Paraná	0,539
Rio de Janeiro	577	Roraima	0,544
São Paulo	589	Bahia	0,553
Bahia	595	Sergipe	0,554
Acre	598	Rio de Janeiro	0,557
Rio Grande do Norte	618	Goiás	0,557
Sergipe	639	Espírito Santo	0,558
Tocantins	698	Alagoas	0,566
Maranhão	707	Rondônia	0,567
Goiás	727	Ceará	0,579
Roraima	758	Paraíba	0,581
Pernambuco	836	Acre	0,583
Pará	1.055	Pernambuco	0,587
Amazonas	1.112	Piauí	0,591
Alagoas	1.286	Rio Grande do Norte	0,598
Amapá	1.532	Distrito Federal	0,608

Fonte dos dados: IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2005*; IPEADATA. *Renda - Desigualdade - índice de Gini – 2005*. Elaboração: própria.

Já a Tabela 8 indica a relação entre as pessoas por FASFIL e o IDH, este tomado para o último ano disponível, o de 2000. A relação também apresenta, no seu conjunto, nove estados com mudança de posição em até três níveis. Destacam-se os três estados sulistas nos primeiros três lugares na análise pessoas por FASFIL e altos índices do IDH.

Tabela 8
 Unidades da Federação – Relação entre pessoas
 por fundações privadas e associações sem fins lucrativos (2005)
 e Índice de Desenvolvimento Humano (2000)

Unidades da Federação	Pessoas por fundações e associações (2005)	Unidades da Federação	IDH (2000)
Santa Catarina	269	Distrito Federal	0,844
Rio Grande do Sul	366	Santa Catarina	0,822
Paraná	403	São Paulo	0,820
Piauí	453	Rio Grande do Sul	0,814
Minas Gerais	466	Rio de Janeiro	0,807
Espírito Santo	496	Paraná	0,787
Distrito Federal	513	Mato Grosso do Sul	0,778
Mato Grosso do Sul	530	Goiás	0,776
Paraíba	545	Minas Gerais	0,773
Mato Grosso	548	Mato Grosso	0,773
Ceará	555	Espírito Santo	0,765
Rondônia	558	Amapá	0,753
Rio de Janeiro	577	Roraima	0,746
São Paulo	589	Rondônia	0,735
Bahia	595	Pará	0,723
Acre	598	Amazonas	0,713
Rio Grande do Norte	618	Tocantins	0,710
Sergipe	639	Rio Grande do Norte	0,705
Tocantins	698	Pernambuco	0,705
Maranhão	707	Ceará	0,700
Goiás	727	Acre	0,697
Roraima	758	Bahia	0,688
Pernambuco	836	Sergipe	0,682
Pará	1.055	Paraíba	0,661
Amazonas	1.112	Piauí	0,656
Alagoas	1.286	Alagoas	0,649
Amapá	1.532	Maranhão	0,636

Fonte dos dados: IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2005*; IPEADATA. *Brasil - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 2000*. Elaboração: própria.

Por outro lado, a relação entre pessoas por FASFIL e taxas de mortalidade infantil se aproxima bastante da relação entre pessoas por FASFIL e IDH sendo a que mais se destaca por apresentar 12 estados com variação de posição até três níveis (Tabela 9), o que ressalta a perspectiva social do papel das organizações sociais. Com efeito, os estados sulinos voltam a apresentar melhores indicadores pessoas/FASFIL e com baixas taxas de mortalidade infantil. Merecem nova referência os estados de Piauí, Paraíba e Ceará, com relativamente boa posição nas pessoas por FASFIL e péssima posição nas taxas de mortalidade infantil. O contexto dos estados nordestinos continua em má situação.

Tabela 9
 Unidades da Federação – Relação entre pessoas
 por fundações privadas e associações sem
 fins lucrativos e mortalidade infantil – 2005

Unidades da Federação	Pessoas por fundações e associações (2005)	Unidades da Federação	Mortalidade infantil* (2005)
Santa Catarina	269	Rio Grande do Sul	14,3
Rio Grande do Sul	366	São Paulo	16,5
Paraná	403	Santa Catarina	17,2
Piauí	453	Distrito Federal	17,8
Minas Gerais	466	Mato Grosso do Sul	19,1
Espírito Santo	496	Paraná	20,0
Distrito Federal	513	Roraima	20,1
Mato Grosso do Sul	530	Espírito Santo	20,1
Paraíba	545	Goiás	20,7
Mato Grosso	548	Rio de Janeiro	20,9
Ceará	555	Mato Grosso	21,6
Rondônia	558	Minas Gerais	21,8
Rio de Janeiro	577	Rondônia	25,2
São Paulo	589	Amapá	25,4
Bahia	595	Pará	25,9
Acre	598	Amazonas	27,6
Rio Grande do Norte	618	Tocantins	29,0
Sergipe	639	Piauí	30,4
Tocantins	698	Ceará	32,0
Maranhão	707	Acre	32,6
Goiás	727	Bahia	35,6
Roraima	758	Sergipe	36,2
Pernambuco	836	Rio Grande do Norte	37,5
Pará	1.055	Paraíba	40,8
Amazonas	1.112	Pernambuco	41,2
Alagoas	1.286	Maranhão	42,1
Amapá	1.532	Alagoas	53,7

* Taxas de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos.

Fonte dos dados: IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2005*; IBGE. *Síntese dos indicadores sociais – 2005*. Elaboração: própria.

Finalmente, foi efetuada uma análise de correlação entre pessoas por FASFIL e as variáveis escolhidas. Para tanto, inicialmente a correlação entre todos os estados com seus indicadores de pessoas por FASFIL e as variáveis revelou-se baixa. Em seguida, questionou-se se não haveria uma correlação entre os estados e as variáveis assumindo mudanças na hierarquia nas duas colunas que não superassem três posições, como foi feito anteriormente. Neste caso, as correlações são muito altas para todas as variáveis, a exceção do PIB *per capita* que pode ser considerada, de qualquer forma, bastante expressiva (tabela 10). Estas correlações envolvem um significativo número de estados brasileiros, como, por exemplo, entre Pessoas por FASFIL e esperança de vida ao nascer (16 estados).

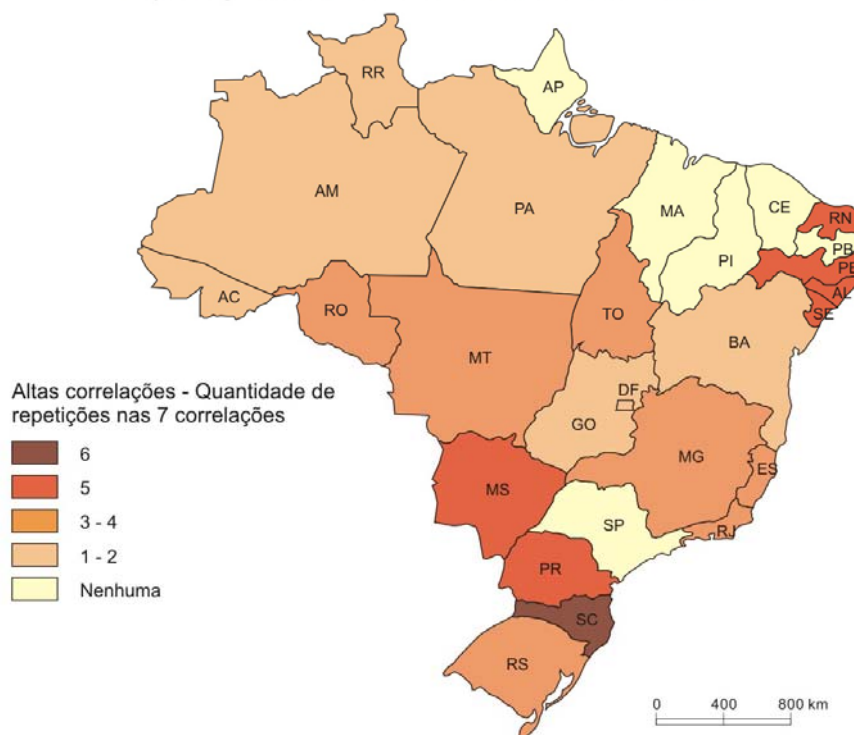
Tabela 10
Correlação entre pessoas por FASFIL e variáveis

Variáveis	Coefficiente de correlação	Estados envolvidos (quantidade)
Índice de Williamson	0,958809324	7
Mortalidade infantil	0,956510763	12
Índice de Gini	0,940882621	8
Esperança de vida ao nascer	-0,931828471	16
Média de anos de estudo (20 a 24 anos)	-0,923131509	10
IDH	-0,913197425	9
PIB <i>per capita</i>	-0,759775592	11

Fonte: IBGE. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2005; IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios – 2002-2005; IPEADATA. Renda - Desigualdade - Índice de Gini – 2005; IBGE. Síntese dos indicadores sociais – 2005; IPEADATA. Brasil - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 2000.

A figura 3 ressalta, como síntese, os estados com mais altas e baixas correlações entre as variáveis onde se destaca Santa Catarina que apresenta um total de 6 altas correlações sobre 7 análises de correlações efetuadas. Os estados com baixas ou nenhuma correlação mereceriam um estudo à parte, especialmente os últimos já que integram, em um mesmo grupo, São Paulo e cinco estados do Nordeste e do Norte do país.

Figura 3
Unidades da Federação - Altas correlações entre as variáveis:
pessoas por Fasfil, Índice de Williamson, Índice de Gini, PIB *per capita*,
Mortalidade infantil, Média de anos de estudo (20 a 24 anos),
Esperança de vida ao nascer - 2005 e IDH - 2000.



Fonte dos dados: IBGE. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2005; IBGE. Síntese de indicadores sociais – 2005; IBGE. Produto interno bruto dos municípios – 2002-2005; IPEA. Índice de Gini – 2005; IPEA. Índice de desenvolvimento humano – 2000. Elaboração: própria.

4. Conclusão

A análise da organização social no Brasil e nos estados brasileiros em sua relação com os desequilíbrios e desigualdades revela importantes questões que merecem ser destacadas, indicando futuros desdobramentos.

A primeira destas é a de que há uma grande variedade na distribuição dos indicadores de organização social que precisaria ser explicada através de uma geografia histórica fortemente apoiada na análise econômica, sócio-cultural e política. Os estados do Sul e Sudeste estão em melhor situação, com relação ao capital social, que os do Centro Oeste e Nordeste e, principalmente, com o Norte do País, com exceções.

Já nas comparações decorrentes das relações entre pessoas por fundações e associações sem fins lucrativos com diversos indicadores (PIB *per capita*, índice de Williamson, índice de Gini e taxas de mortalidade infantil) observa-se uma grande diversidade de situações apontando, entretanto, para relações que destacam a importância da organização social para a obtenção de melhores indicadores econômico-sociais.

Com efeito, as análises demonstraram que oito estados apresentavam boas relações com pelo menos três variáveis e três com quatro variáveis das cinco que foram pesquisadas. O grande destaque é para o Estado de Santa Catarina, o 1º em pessoas por FASFIL e em quatro variáveis, PIB/*capita*, índice de Gini, IDH e taxa de mortalidade infantil, ocupa a 4ª, a 1ª, a 2ª e a 3ª posição hierárquica, respectivamente. E também o que apresenta o maior número de correlações entre pessoas por FASFIL e variáveis.

Há, portanto, um potencial de análises e reflexões que merece ser explorado em diferentes escalas e contextos tentando aprofundar o conhecimento sobre a relação entre organização social e desenvolvimento econômico-social no Brasil.

Referências

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, v.94, p.95-120, 1988. (Supplement)

COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem continua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, 3, n. 1, 1993. p. 35-64.

DINIZ, C. C. A nova geografia econômica do Brasil: condicionantes e implicações. In: Veloso, J. P. R. (Org.). *Brasil século XX*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2005*. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Contas Regionais. Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2005*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/default.shtm>>. Acesso em: 9 set. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais 2005*. Rio de Janeiro, 2008.

IPEADATA. *Brasil – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - 2000*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=756025009&Tick=1221050607941&VAR_FUNCAO=RedirecionaFrameConteudo%28%22iframe_dados_s.htm%22%29&Mod=S>. Acesso em: 9 set. 2008.

IPEADATA. *Renda – Desigualdade – Índice de Gini – 2005*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=756025009&Tick=1221050977227&VAR_FUNCAO=SubmeterFormulario%28%27frmMain%27%2C%27Series%3FSessionID%3D756025009%26Text%3DGINI%26Tick%3D1221050977227%27%29%3B&Mod=S>. Acesso em: 9 set. 2008.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, S. B. de M. e; SILVA, B. C. N.; COELHO, A. S. *Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros*. João Pessoa: Grafset, 2008.

WILLIAMSON, J.G. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição dos padrões. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia Regional. Textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 53-116.